

**ATA DA 50.^a REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2023**

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do Edifício.

Membros Eleitos presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Marco Regis Lacomblez Leitão; Cláudia Susana Fonseca Ferreira da Silva de Faria Bravo, em substituição de Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Morais Lage; Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço, em substituição de Fernando Pedro Mouta Monteiro; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Francisco Crisóstomo Calheiros, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia, em substituição de José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Tiago José Pires de Oliveira Martins, em substituição de Sofia da Costa



Pimenta de Sá Azeredo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; Carlos Aníbal Marques de Magalhães, em substituição de João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Diana Camões Moreira, em substituição de Rodrigo Teodoro Passos; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em substituição de Maria de Fátima Ferreira da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Alberto Bastos Torres, em substituição de Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Ana Maria Alonso da Silva Pinto de Oliveira, em substituição de Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, **o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.**

Feita a chamada verificou-se estarem **presentes 42 Membros da Assembleia Municipal.**

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Informações gerais e Expediente

- Informação dos Membros da Assembleia de Freguesia do Bonfim eleitos pela CDU sobre o Bairro Duque de Saldanha.
- Informação escrita do Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde de 01.04.2023 a 31.05.2023.
- Saudação “à 18ª Marcha do Orgulho LGBTQIA+ da Cidade do Porto” enviada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia de Campanhã e aprovada em reunião realizada a 30/06/2023.
- Recomendação “Pelo Reforço do Combate ao tráfico de droga no Porto e por uma resposta integrada com vista ao apoio e reabilitação dos toxicodependentes” enviada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia de Ramalde aprovada em reunião realizada a 28/06/2023.
- Recomendação “Segurança e Tráfico de Drogas em Ramalde” enviada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia de Ramalde e aprovada em reunião realizada a 28/06/2023.

Entraram na Sala Sofia Maia, Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e **Nuno Borges**, Membro do Grupo Municipal PSD.

2. Voto de pesar pelo falecimento de Manuel Gaspar Martins

NUD/430568/2023/CMP

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, apresentou o Voto de Pesar, prestando homenagem ao antigo Membro da Assembleia Municipal do Porto, elogiando a sua modéstia e dedicação à cidade e descrevendo a sua vida profissional, política e cívica.

K

Q

Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, falou da sua relação pessoal com Gaspar Martins, realçando as suas qualidades pessoais, nomeadamente a sua capacidade de gerar consensos.

Deixando a sua homenagem, disse que o Grupo Municipal PSD subscrevia o Voto de Pesar.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, informou que o Grupo Municipal BE subscrevia o Voto de Pesar, por todas as qualidades reconhecidas ao homenageado.

Entraram na Sala Tiago Lourenço, Membro do Grupo Municipal PSD e **Marco Leitão**, Membro do Grupo Municipal PS.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, disse que também se associariam ao Voto de Pesar, como reconhecimento da importância que Gaspar Martins teve para a cidade do Porto.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM e Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, também subscreveram o Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, fez cumprir um minuto de silêncio.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 3 de julho de 2023 e Ordem de Trabalhos expedida em 5 de julho de 2023)

1. Deliberação sobre Proposta de alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto (CRMP) - Título D – XII e respetiva Tabela de Preços.

NUD/394580/2023/CMP

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, informou que a proposta seria acompanhada.

Falou sobre os operadores de transportes privados de Vila Nova de Gaia e de situações relatadas de que estariam a deixar os seus passageiros às portas da cidade do Porto, com a justificação de imposições colocadas pelo Município do Porto.

Disse que deveria ser esclarecida esta inverdade com o Município de Gaia, tendo em conta que o Município do Porto fez recentemente um grande investimento na reabilitação do Parque das Camélias, com o objetivo de proporcionar melhores condições para o estacionamento dos transportes interurbanos.

Afirmou que esta era mais uma situação que justificava a presença do Secretário Executivo Metropolitano numa Sessão da Assembleia Municipal.

Terminou, dizendo que esta situação justificava também que a STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto alargasse a sua operação para fora do concelho.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, concordou com o que foi dito na intervenção anterior, dizendo que os operadores de transportes podiam utilizar gratuitamente o Parque das Camélias para realizar escalas técnicas, recolher e deixar passageiros, sendo que, não o podiam utilizar para parquear as viaturas, o que muitos gostariam de fazer.

V

CH

Falou sobre as novas concessões que serão lançadas em outubro e as regras serão estabelecidas nessa mesma altura, em cumprimento com o caderno de encargos.

Justificou que, assim, não seria necessário reunir com o Município de Vila Nova de Gaia, pois o assunto estava bem esclarecido.

Referindo-se à STCP, disse que tinha sido encomendado o desenho de uma nova rede que deverá estar operacional em 2025, que será construída com o consenso de outros municípios e que contará já com a abertura das novas linhas do metro, para permitir uma maior eficácia nos transportes da cidade.

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, falou sobre as redes de transportes e a necessidade de as tornar o mais eficazes possível, para prestar um bom serviço aos cidadãos.

Falou sobre os desafios relativos à mobilidade dentro da cidade do Porto.

Resumiu a proposta em análise e informou que seria votada favoravelmente.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que votariam a proposta favoravelmente.

Disse que as questões que tentava resolver eram pertinentes e criticou os operadores que estão a prejudicar os passageiros.

Perguntou se seria possível chegar a algum acordo com todos os operadores de transportes para minimizar as situações reportadas, tal como já tinha sido feito com alguns, dando o exemplo da Auto Viação do Minho.

Perguntou também se estava identificado o motivo pelo qual se verificava o parqueamento de tantas camionetas na envolvente do TIC - Terminal Intermodal de Campanhã, causa de muitos constrangimentos no trânsito da zona.

Entrou na Sala Miguel Barbosa, Membro do Grupo Municipal RM.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, respondeu às questões colocadas, dizendo que os operadores tinham sido oficialmente e antecipadamente informados das alterações que tinham entrado em vigor no Parque das Camélias.

Disse que, contra o que era esperado, nunca participaram nem na discussão pública nem nas reuniões realizadas sobre o tema.

Explicou que, no caso da Auto Viação do Minho, que é uma rede de expressos e não um transporte público - tinha sido dada uma única opção de paragem, ou no São João ou em Campanhã, tendo o operador escolhido de acordo com a sua conveniência.

Esclareceu que os operadores, não querendo pagar o estacionamento no TIC, causavam a situação descrita e informou que as infrações ao código da estrada seriam punidas pelas entidades competentes.

Reconheceu que havia um problema grave de resistência à intermodalidade na cidade, dando alguns exemplos e dizendo que o Executivo, com o apoio das restantes forças políticas, tem tentado gerir a situação da melhor forma.

Entrou na Sala Miguel Côrte-Real, Líder do Grupo Municipal PSD.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, resumiu a proposta e disse que a adaptação dos regulamentos deve corresponder à dinâmica das cidades, incluindo a organização da rede de transportes.

Concordou com a generalidade da proposta.

Relatou algumas situações de descontentamento dos cidadãos do Porto com a rede de transportes públicos, dizendo que a cidade deveria ir ainda além, para corresponder às suas necessidades e aumentar o número de utilizadores.

Deixou uma nota sobre a gestão do estacionamento dos autocarros e camionetas no TIC. Informou que a proposta seria votada favoravelmente.

W

CH

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, disse que a gestão do estacionamento no TIC era feita de modo a promover a intermodalidade e não para servir como estacionamento de média ou longa duração.

Referindo-se à localização dos terminais intermodais, disse que o modelo procurado era o da eficiência e que o seu objetivo era permitir que os utilizadores que chegam de fora da cidade consigam facilmente apanhar os transportes que circulam dentro da cidade, com a maior eficácia e menor tempo possível de chegada ao destino.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, elogiou o nível do debate e o contributo de todas as forças políticas para o tema.

Relacionou a operação entre a STCP e outros operadores de transporte com a forma de funcionamento do TIC e do Parque das Camélias, dizendo que tinha havido um bom planeamento.

Disse que o Porto estava bem preparado para os desafios que surgirão no futuro com questões de mobilidade e sustentabilidade.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, apoiou a proposta em discussão, sublinhando que o objetivo futuro deverá ser uma intermodalidade que permita mais rotação e maior qualidade no serviço aos utentes da Área Metropolitana do Porto e turistas que nos visitam.

Falou sobre os operadores privados e o entendimento que os mesmos terão sobre concessões e parcerias público-privadas, dizendo que muitas vezes não há uma monitorização correta dos contratos, elogiando a Câmara Municipal do Porto por estar atenta e não permitir abusos e interpretações incorretas.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, disse que a Câmara não tinha nada contra os operadores privados mas que iria sempre defender a rede de transportes públicos da STCP, considerando os outros operadores complementares e não concorrentes.

Disse também que, neste sentido, deverão cumprir com os regulamentos das concessões.

Lamentou que não tenha havido uma participação mais ativa por parte destas empresas nas discussões públicas e privadas sobre o tema.

Comparou a operação da STCP no Porto com a da Carris em Lisboa, para explicar o princípio da concorrência dos transportes nas áreas metropolitanas.

Pediu a todos os municípios que são acionistas da STCP que olhem para a sua operação fora do Porto e assegurem a sua sustentabilidade e eficiência.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

2. Deliberação sobre Aprovação da celebração dos contratos interadministrativos com as Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho do Porto - Orçamento Colaborativo.

NUD/363866/2023/CMP

3. Deliberação sobre Aprovação da celebração do contrato interadministrativo com a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória - Orçamento Colaborativo.

NUD/394068/2023/CMP



Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, **informou que, conforme acordado em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, os pontos n.ºs 2 e 3 seriam discutidos em conjunto e votados separadamente.**

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, disse que ambas as propostas eram um sinal de verdadeira descentralização por parte da Autarquia e prova de que as Freguesias são capazes de construir uma maior proximidade com os cidadãos.

Disse que gostaria de ver as verbas do Orçamento Participativo aumentadas, quando possível.

Pedi a todas as associações cujo objeto seja o bem-estar animal que proponham os seus projetos junto das suas Juntas de Freguesia.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que manteriam a sua posição de abstenção, por defenderem um verdadeiro Orçamento Participativo, já explicado em contexto do Estatuto do Direito à Oposição.

Afirmou que os fregueses e munícipes deveriam ter uma voz mais ativa na decisão de como são aplicadas essas verbas.

Mostrou preocupação com os critérios escolhidos pelas Freguesias para a escolha dos júris, dando um exemplo relatado pela Assembleia da União de Freguesias do Centro Histórico.

Falou sobre a escolha dos projetos apoiados, levantando algumas dúvidas.

Deixou uma nota sobre os prazos de divulgação do processo do Orçamento Colaborativo.

Propôs que este tipo de orçamentos envolvam os cidadãos desde o primeiro momento.

Nuno Cruz, Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, colocou uma questão sobre a intervenção anterior, tendo **Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE**, esclarecido a mesma.

Tiago Mayan, Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, pediu para que o foco das intervenções fosse nas propostas que estão a ser deliberadas, dentro das competências da Assembleia Municipal, e que não fossem trazidos à discussão temas que não são responsabilidade da mesma, mas sim das Assembleias e Juntas de Freguesia.

Disse que as propostas falavam de orçamentos colaborativos descentralizados e orientados para as Freguesias e não de orçamentos participativos.

Deu números e dados e falou sobre o modelo dos orçamentos colaborativos, defendendo que os mesmos permitiam que cada Freguesia possa ajustá-los à sua realidade, motivo pelo qual o Município e as Freguesias escolheram usá-los.

Destacou que a vertente descentralizadora é muito importante e que a intervenção nos processos pelas Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia e cidadãos, em conjunto, já permite assegurar um devido escrutínio.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que tinham assistido ao processo inicial de escolha de um Orçamento Colaborativo em detrimento de um Participativo.

Falou sobre a lista das entidades que serão apoiadas pelas Freguesias, perguntando se o objetivo do Fundo Colaborativo não estaria a ser desvirtuado e, inclusivamente, a ser utilizado para apoiar projetos que deveriam concorrer ao Fundo do Associativismo.

Disse que havia uma pulverização de apoios pontuais em vez de investimento em projetos estruturais, dando exemplos que não lhe pareciam caber no objeto do orçamento.

Pediu para que fosse feita uma reflexão sobre os apoios atribuídos.

Informou que se iriam abster na votação.



Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que estavam a falar de coisas diferentes, ainda que compreendesse alguns pontos da intervenção anterior.

Apresentando as verbas atribuídas ao Fundo do Associativismo e ao Orçamento Colaborativo, disse que era natural que as Associações também concorressem ao último, não mostrando certeza que isso estivesse errado.

Sugeriu que as Juntas de Freguesia mandassem fazer uma avaliação externa ao processo dos dois fundos, para aferir se o mesmo poderia ser melhorado.

Disse que os privados podiam concorrer ao Orçamento Colaborativo, como também poderiam fazê-lo num Orçamento Participativo.

Nuno Cruz, Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, esclareceu que o Orçamento Colaborativo era delegado nas Freguesias por serem um órgão de proximidade.

Disse que todos os projetos eram analisados por um júri composto por três membros escolhidos pelo Executivo da Junta de Freguesia e dois membros escolhidos numa Sessão pública, o que tornava o processo isento.

Deu exemplos de projetos apresentado por privados que beneficiam a população e ajudam na resposta social, dizendo que não vê mal em que os mesmos sejam apoiados.

Criticou as forças políticas que votam contra o Orçamento Colaborativo, bloqueando apoios importantes para as populações.

João Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, deixou uma nota positiva sobre o Orçamento Colaborativo e o processo pelo qual se rege.

Disse que sabia que a CDU tinha feito uma campanha junto de várias entidades da Freguesia do Bonfim para que candidatassem os seus projetos ao orçamento em discussão, estranhando, portanto, as declarações agora feitas na presente Sessão.

Apresentou números e dados das candidaturas ao Orçamento Colaborativo e ao Fundo do Associativismo, dizendo que existe transparência e escrutínio público nos processos e rejeitando as acusações de inexperiência do poder local para decisão destes assuntos.

Paula Roseira, Membro do Grupo Municipal PS, disse que o Partido Socialista dava muita importância à participação democrática dos cidadãos nas decisões políticas e cívicas.

Falou sobre o Orçamento Colaborativo e a sua importância na promoção da qualidade de vida das populações.

Disse que o processo que o envolvia era claro e transparente.

Informou que ambas as propostas seriam votadas favoravelmente.

Luís Torres, Representante da Junta de Freguesia de Paranhos, deixou uma crítica à intervenção de Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU.

Pediu para que a discussão fosse centrada nas propostas em deliberação e não nos assuntos da responsabilidade dos Órgãos de proximidade.

Disse que em Paranhos o orçamento tinha sido aprovado por unanimidade, que os processos e concursos são publicitados atempadamente e estão publicados na internet para consulta pública.

Criticou o sentido de voto anunciado pelo Grupo Municipal da CDU, dizendo que não encontrava fundamento para o mesmo.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, falou sobre o Orçamento Participativo de Portugal, que funcionou em 2021 e sobre o tipo de projetos que apoiava.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, falou sobre as propostas e disse que seriam votadas favoravelmente.



Realçou que as competências relativas ao Orçamento Colaborativo já tinham sido delegadas nas Freguesias, pelo que o poder de decisão sobre os processos e escolha dos projetos a apoiar também lhes pertencia.

Deixou uma nota sobre candidaturas aos vários tipos de apoio disponíveis.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, esclareceu que o que tinha querido dizer era que, se as associações também concorrem ao Orçamento Colaborativo seria porque o Fundo do Associativismo não disporia de verbas suficientes para todos os apoios necessários, pedindo que as mesmas fossem reforçadas.

Disse novamente que o Orçamento Colaborativo devia ser utilizado para projetos estruturantes e não para apoios pontuais de financiamento de atividade, ainda que alguns desses projetos pudessem ter legitimidade para concorrer.

Disse que a avaliação dos processos deveria ser feita pela estrutura da Câmara Municipal do Porto e não por uma entidade externa.

Disse que as suas palavras pretendiam apenas promover uma reflexão sobre estes apoios.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, confirmou que a Câmara dispunha dos dados enviados pelas Juntas de Freguesia e que os poderia avaliar internamente, mas que seria mais interessante obter uma avaliação macro dos processos e dos seus resultados proporcionada por uma entidade externa, que teria uma visão menos enviesada dos mesmos.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, lembrou que a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador.

Congratulou a iniciativa do Presidente da Câmara de sugerir uma avaliação externa dos processos do Orçamento Colaborativo.

Falou sobre o Orçamento Participativo, concordando que também não lhe agradava a vertente do modelo de “concurso de ideias”, lembrando que o Bloco de Esquerda tinha apresentado um modelo alternativo inspirado no usado em Porto Alegre, Brasil, que implementa políticas públicas e que garante a participação da população.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, falou sobre alguns projetos que vão ser implementados no Porto, decorrentes destes concursos de ideias e que foram muito participados pela população.

Estabeleceu diferenças entre Porto Alegre e a cidade Porto, defendendo o modelo aplicado na última, em que os processos são participados democraticamente por todas as forças políticas.

Tiago Mayan, Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, voltou a pedir para que a discussão fosse centrada nos pontos em deliberação e que fosse tomada uma decisão dentro das competências da Assembleia Municipal.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, fez uma observação sobre a intervenção anterior.

Sofia Maia, Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, mostrou agrado com o debate animado que decorria à volta dos assuntos das Freguesias, demonstrando a sua importância.

Chamou a atenção para o facto de as mesmas serem os Órgãos de proximidade e lhes terem sido delegadas as competências necessárias para gerir estes processos, pedindo para que o papel das Juntas e Assembleias de Freguesia na vida dos cidadãos não seja desvalorizado e seja, antes, respeitado.

Agradeceu a ideia lançada sobre a avaliação dos programas.

✓

PH

Relembrou a isenção dos júris selecionados, bem como a dos Presidentes de Junta, em todo o processo de escolha dos projetos a apoiar.

Nuno Cruz, Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, pediu a palavra para defesa da honra, tendo a Mesa recusado a intervenção.

Deliberação ponto n.º 2: Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, apresentou a seguinte declaração de voto oral:

“ O Bloco de Esquerda absteve-se nesta proposta, pelas reservas que colocou. Uma abstenção não é um voto contra e o motivo pelo qual o Bloco se abstém, e não vota contra, é porque entende que a disponibilização destas verbas a muitos destes projetos é importante para as entidades e territórios em causa”.

Deliberação ponto n.º 3: Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, apresentou a seguinte declaração de voto oral:

“O Bloco de Esquerda absteve-se nesta proposta, pelas reservas que colocou. Uma abstenção não é um voto contra e o motivo pelo qual o Bloco se abstém, e não vota contra, é porque entende que a disponibilização destas verbas a muitos destes projetos é importante para as entidades e territórios em causa”.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, informou que iriam apresentar uma declaração de voto por escrito (Anexo I).

4. Deliberação sobre autorização para celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Paranhos.

NUD/393955/2023/CMP

5. Deliberação sobre autorização para celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Ramalde.

NUD/394050/2023/CMP

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, **informou que, conforme acordado em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, os pontos n.ºs 4 e 5 seriam discutidos em conjunto e votados separadamente.**

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, resumiu e analisou a proposta, concordando com a sua formulação e objeto.

Realçou alguns dos projetos educacionais mencionados, como a Oficina das Emoções que prepara as crianças para sentimentos como a empatia ou a compaixão para com todos os seres sencientes.

Informou que ambas as propostas teriam o voto favorável.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, falou das propostas apresentadas, diferenciando-as no seu conteúdo e abrangência.



Disse que sempre defenderam uma descentralização de competências do Município para as Freguesias, mas que seria importante que as Freguesias dissessem ao Município que tipo de competências seriam efetivamente capazes de assumir.

Falou sobre a descentralização das competências na área da educação, apresentada nos dois pontos a deliberar, sobre apoios sociais às famílias, como creches gratuitas e outros, dizendo que as respostas deveriam ser reforçadas para abranger mais famílias.

Pediu para ser feito um levantamento atualizado das necessidades das famílias portueses, de forma a adaptar e reforçar os apoios.

José Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, resumiu o conteúdo e objetivo das propostas e informou que seriam votadas favoravelmente.

Afirmou que ambas as Freguesias já tinham experiência demonstrada na gestão das atividades no âmbito da educação.

Deixou uma nota sobre o cálculo para o financiamento das atividades referidas e o congelamento das verbas, por parte do Governo, desde 2015, apelando ao Município que abordasse o Ministério da Educação e exigisse que os valores transferidos para as Autarquias fossem atualizados.

Maria Graça Vaz, Membro do Grupo Municipal PS, realçou a importância das atividades extracurriculares no desenvolvimento e capacitação futura das crianças.

Dizendo que as Freguesias que já desenvolviam atividades nesta área há algum tempo tinham feito um trabalho meritório, tendo sugerido que esta competência fosse descentralizada para todas as Freguesias do Porto.

Ana Alonso, Representante da Junta de Freguesia de Ramalde, lembrou que, num passado recente, as atividades extra curriculares e componentes de apoio às famílias eram da competência do Ministério da Educação, que tinha por sua vez delegado o seu desenvolvimento e aplicação em entidades promotoras, muitas vezes os Municípios.

Disse que a Freguesia de Ramalde tinha assumido há alguns anos o papel de entidade promotora e tinha, após a descentralização de competências do Governo para as Autarquias, pedido ao Município do Porto autorização para continuar a desenvolver estas atividades, anualmente.

Falou sobre o historial do projeto e disse que o mesmo tinha a parceria de todas as escolas da Freguesia, permitindo uma grande abrangência de alunos.

Filipe Araújo, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, esclareceu que, na celebração deste tipo de contratos, a transferência das verbas é feita de acordo com o envelope de trabalhos apresentado pelas Freguesias.

Deliberação ponto n.º 4: Aprovada, por unanimidade.

Deliberação ponto n.º 5: Aprovada, por unanimidade.

6. Deliberação sobre autorização para assunção prévia de compromissos plurianuais referentes à Domus Social, E.M.

NUD/393503/2023/CMP

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, explicou que a proposta tratava da realização de obras no Edifício dos Correios, agora propriedade da Câmara Municipal, para permitir mais acomodação de serviços no local e para garantir a salubridade e condições de habitabilidade do espaço.

Diana Camões, Membro do Grupo Municipal PSD, informou que a proposta seria votada favoravelmente, tendo em conta que a obra referida já estava contemplada em orçamento.

Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, resumiu a proposta e informou que seria votada favoravelmente.

Referiu alguns pormenores da obra a realizar, dizendo que é importante que as infraestruturas camarárias tenham todas as condições de habitabilidade asseguradas.

Colocou uma questão sobre o Abrigo dos Pequeninos e perguntou se haveria outros espaços detidos pelo Município a necessitar de obras.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, confirmou que é feita a manutenção regular dos edifícios camarários, como esperado, mas que o Edifício dos Correios, recentemente adquirido pela Câmara, precisa de obras de fundo.

Disse que estas serão feitas de forma faseada e programada porque o espaço tem de se manter em funcionamento.

Informou que as obras no Abrigo dos Pequeninos estariam previsivelmente prontas no final de 2023.

Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS, fez um resumo da proposta e dos motivos para ser trazida à Assembleia Municipal, informando que seria votada favoravelmente.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, informou que a proposta seria votada favoravelmente.

Deixou uma nota pessoal de agrado sobre a recuperação de um edifício que é histórico e emblemático para a cidade.

Colocou algumas questões sobre o montante envolvido e as obras planeadas.

Perguntou também se as obras seriam dadas como terminadas após esta intervenção.

Pedro Baganha, Pelouro do Urbanismo e Espaço Público e Pelouro da Habitação, informou que também seria necessário fazer uma intervenção de fundo nas fachadas do edifício e nos meios mecânicos de ventilação e refrigeração noutros pisos que não os agora contemplados.

Disse que os pisos que estão em bruto terão diferentes configurações e que servirão para acomodar serviços camarários e vagar espaço nos Paços do Concelho.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, prestou uma informação adicional sobre o Edifício do Bolhão, dizendo que não está previsto que os serviços lá localizados sejam todos transferidos para o Edifício dos Correios, porque o mesmo não tem capacidade para os acomodar, mesmo depois das obras realizadas.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

– PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS –

(art.º 41.º do Regimento)

O cidadão Aly Said Aly relatou várias situações relacionadas com o ruído produzido por um restaurante na rua onde habita.

Disse que o estabelecimento operava fora da licença de atividade atribuída e que, após várias notificações por parte da Câmara, nada mudou.

Pediu para ser feito o ponto de situação das queixas apresentadas.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, disse que, apesar do assunto exposto sair do âmbito de competências da Assembleia Municipal, iria tentar obter junto do Executivo Camarário mais informações sobre o caso apresentado.

4



A cidadã Paula Cristina Moreira Ferreira Amorim falou enquanto moradora na zona da movida, agradecendo e elogiando o trabalho desenvolvido pelas antigas colaboradoras da Câmara que acompanhavam os moradores e comerciantes dessa zona, lamentando que as mesmas já não estejam nas funções até aí desenvolvidas.

Apresentou relatos de situações constantes de ruído que vão contra ao novo regulamento e que acontecem por causa da ausência de fiscalização, que pede que seja mais eficaz.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, agradeceu a presença da Múncipe e disse que os problemas que reportou estão a ser acompanhados e deverão aguardar por futuros desenvolvimentos.

A cidadã Estrela Gomes deixou uma mensagem de agradecimento à Câmara Municipal por ter lançado uma consulta pública sobre o novo Regulamento do Espaço Público, pedindo que todas as opiniões e propostas sejam tidas em conta.

Mencionou alguns aspetos contemplados no Regulamento, focando-se em alguns dos pontos que considera serem mais importantes.

O cidadão Carlos Daniel Correia Lopes falou sobre a proposta de regulamento para os artistas de rua, que considera ser castrador e que não vai ao encontro das necessidades dos artistas. Lamentou que os mesmos não tivessem sido consultados previamente. Deu exemplos do que acontece noutros países, falou sobre o valor das taxas e deixou algumas sugestões para o regulamento.

O cidadão José Filipe Abreu Soares Leite disse concordar com as intervenções anteriores e cedeu a palavra ao próximo interveniente.

O cidadão Márcio André Esteves Gonçalves disse que o regulamento em discussão era muito vago.

Falou sobre as questões do som e dos níveis de ruído máximos propostos.

Pediu que os músicos tivessem regras diferentes dos outros artistas de rua, pedindo também que fossem feitas reuniões para serem discutidas as especificidades de cada atividade artística.

O cidadão Daniel Besen disse que era músico de rua no Porto há quatro anos.

Falou sobre a sua experiência, as reclamações que muitos transeuntes e residentes fazem, dizendo que a adaptação é feita por tentativa e erro.

Diz que, neste sentido, um regulamento ajudará a estabelecer as regras mas que não concorda com a presente proposta, que no seu entendimento tem incorreções e lapsos, dando exemplos.

Deixou algumas sugestões, pediu para que as especificidades dos locais e dos artistas sejam consideradas e que a Associação por eles criada seja chamada à discussão.

A cidadã Lohanye Samara Coelho Garcia disse que era artista de rua, que a sua formação académica era na área artística e que publicou um artigo científico sobre a ocupação artística do espaço público e o empoderamento civil.

Falou sobre cidadania e integração profissional dos artistas, defendendo a atividade.

Falou depois sobre as taxas municipais que serão cobradas, que considerou serem muito elevadas, comparando-as com taxas cobradas noutras cidades europeias.

Disse que a Associação dos artistas concorda com a elaboração de um regulamento, pedindo apenas que seja estabelecido o diálogo entre todos.



O cidadão Emiliano Gallay falou sobre o regulamento proposto e as sugestões deixadas pelos intervenientes anteriores. Disse que concordava com a tentativa de estabelecer uma filtragem dos artistas de rua e falou sobre questões práticas relacionadas com a atividade.

O Município André Filipe Ferreira Carneiro falou sobre o seu percurso como músico de rua. Concordou com a existência de um regulamento para a atividade e pediu que fossem consideradas as sugestões da Associação e dos artistas de rua.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, agradeceu a cidadania demonstrada pelos intervenientes, elogiando a qualidade das suas intervenções.

O Município Lúcio Duval Barbosa saudou a iniciativa da Câmara Municipal em propor um regulamento para a atividade de artista de rua.

Ressalvou alguns dos pontos cuja discussão considera ser importante, como a rotatividade dos artistas, o nível de ruído, a distância mínima entre artistas e a fiscalização.

A cidadã Elisabete Fernanda Braga Rodrigues Neves, inscrita para intervir, esteve presente e informou não pretender fazer a sua intervenção.

As cidadãs Mariana Dias Lacerda Ferreira, Sara Maria Lopes Alves da Costa Gonçalves e Ana Luísa Pereira Barbosa, inscritas para intervir, **não compareceram na Sessão.**

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, reforçou o agradecimento aos intervenientes e deixou-lhes algumas indicações sobre como poderiam participar na discussão pública sobre o tema.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, elogiou as intervenções e esclareceu que o Partido Socialista se tinha absterido na votação da proposta em Executivo, por considerar haver preocupações que devem ser ultrapassadas e dever ser promovido um diálogo mais ativo com os artistas de rua.

E nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Foyo de Azevedo, leu e submeteu à votação a Minuta da Ata que foi aprovada, por unanimidade, declarando encerrada a Sessão, eram 00h07.**

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Foyo de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos

✓
HH

Anexo I: Declaração de voto apresentada por Rui Sá, José Manuel Varela e Francisco Calheiros, Membros do Grupo Municipal CDU, relativa à Deliberação sobre Aprovação da celebração dos contratos interadministrativos com as Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho do Porto - Orçamento Colaborativo.



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



CIDADE DO PORTO

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Municipal da CDU absteve-se na votação dos pontos relativos à "deliberação sobre aprovação da celebração dos contratos interadministrativos com as Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho do Porto - Orçamento Colaborativo" (pontos 2 e 3 da sessão de 10/7/2023) por, tal como referiu aquando da discussão destes pontos, considerando positiva a existência desta medida e tendo em conta a importância dos apoios para muitas instituições selecionadas:

- não poder comprometer-se com processos de seleção de projetos cujos conteúdos e critérios de escolha desconhece (sendo que as características de algumas das instituições selecionadas suscitam fundadas dúvidas);
- constatar que são selecionadas coletividades de base que deveriam ser apoiadas pelo Fundo do Associativismo e que só não o são por manifesta insuficiência das verbas disponibilizadas para esse Fundo (como a CDU tem reiteradamente afirmado, vendo a sua proposta de reforço orçamental rejeitada pela maioria);
- constatar que, por esse facto mas, também, pelos princípios adotados pelas Juntas de Freguesia, se assiste a um desvirtuamento dos objetivos do Orçamento Colaborativo, que visava, tendencialmente, o apoio a projetos estruturantes e não pontuais, como parece estar a acontecer;
- Constatar que o contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Paranhos refere nomes de projetos e não as instituições beneficiárias desse apoio, como deveria acontecer (e acontece com os restantes contratos);

Por último não podemos deixar de registar como positiva a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara para acolher a proposta apresentada pela CDU no sentido de ser feita uma avaliação a forma como tem vindo a ser implementado, ao longo da sua vigência, o Orçamento Colaborativo.

Porto, 11 de julho de 2023

Os Membros do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

Rui Sá

José Manuel Varela

Francisco Calheiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 50.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 10 de julho de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 10 de julho de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 50.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 16 de outubro de 2023.

O Presidente

Sebastião Feyo de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão